

# Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

# 53 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 21 a 25/9/2020):

1. COMISSÃO EUROPEIA   PACTO SOBRE A MIGRAÇÃO E ASILO		
2. PARLAMEN	NTO EUROPEU   COMISSÕES PARLAMENTARES	3
	Audição do Embaixador da China junto da UE	3
	Cooperação Estruturada Permanente - recomendação	3
	Listas transnacionais, Spitzenkandidaten e direito de inquérito	3
	Comissão sobre Inteligência Artificial (AIDA)	4
	Comissão sobre Interferência Estrangeira (INGE)	4
	Comissão sobre o Combate ao Cancro (BECA)	4
	Comissão de Inquérito sobre o Transporte Animal (ANIT)	4
	Subcomissão sobre Questões Fiscais (FISC)	4
3. QFP 2021-2	7   NEXT GENERATION EU   RECURSOS PRÓPRIOS	4
4. COMISSÃO	EUROPEIA   ATO SOBRE OS SERVIÇOS DIGITAIS	5
5. VENEZUEL	A   ALTO-REPRESENTANTE DA UE	5
6. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE		6
	Reunião informal dos Ministros do Comércio	6
	Conselho de Agricultura e Pescas	6
	Conselho de Negócios Estrangeiros	6
	Conselho de Assuntos Gerais	6
7. OUTROS ASSUNTOS		6
	Audições dos Comissários designados	6
	UE-Reino Unido	7
	Perfil de Ursula von der Leyen	7
8. AGENDA D	A PRÓXIMA SEMANA	7
	Parlamento Europeu	7
	Comissão Europeia	7
	Conselho da União Europeia	7
	Reuniões interparlamentares - Presidência alemã	7



## 1. COMISSÃO EUROPEIA | PACTO SOBRE A MIGRAÇÃO E ASILO

Uma das principais prioridades anunciadas pela Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, nas suas <u>orientações políticas</u> era a apresentação de uma nova política europeia em matéria de migração e asilo. Por conseguinte, a Comissão apresentou esta semana um <u>novo</u> <u>Pacto sobre a Migração e o Asilo</u>.

A Comissão reconhece que "O sistema atual já não funciona e, nos últimos cinco anos, a UE não conseguiu repará-lo", e que a UE deve afastar-se de soluções pontuais e criar um sistema de gestão da migração previsível e fiável. Tal como descrito na nota informativa, o novo pacto sobre a migração e o asilo assenta em três pilares:

- i) Reforçar a confiança graças a procedimentos melhores e mais eficazes: procedimentos mais rápidos e mais eficazes, nomeadamente a introdução de um procedimento de fronteira integrado que, pela primeira vez, inclui um exame preliminar de dossiês que abrange a identificação de todas as pessoas que atravessam as fronteiras externas da UE sem autorização ou que tenham desembarcado após uma operação de busca e salvamento.
- ii) Partilha equitativa de responsabilidade e solidariedade: atendendo às diferentes flutuações das pressões migratórias enfrentadas por cada Estado-Membro, a Comissão propõe um sistema de contribuições flexíveis entre estes, que podem ir desde a recolocação de requerentes de asilo a partir do país da primeira entrada até à assunção da responsabilidade pelo regresso de pessoas que não têm o direito de permanecer, ou a várias formas de apoio operacional.
- iii) Uma mudança de paradigma na cooperação com países terceiros, promovendo parcerias adaptadas e mutuamente benéficas. Tal visa responder a desafios comuns, como a introdução clandestina de migrantes, e a desenvolver vias legais, e contribuir para a aplicação efetiva de acordos e regimes de readmissão. A UE e os seus Estados-Membros atuarão em conjunto, recorrendo a uma vasta gama de instrumentos de apoio à cooperação com países terceiros em matéria de readmissão.

Além disso, o <u>Pacto</u> procurará igualmente impulsionar um sistema comum da UE em matéria de **regressos**, a fim de aumentar a credibilidade das regras da UE em matéria de migração.

Como <u>referiu o Vice-Presidente da Comissão</u>, <u>Margaritis Schinas</u>, este novo Pacto é "como uma casa com três andares: i) a dimensão externa, através das parcerias com os países de origem e de trânsito; ii) uma gestão robusta das fronteiras externas e iii) regras firmes, mas justas que assegurem a solidariedade com os Estados-Membros sob pressão".

As reformas dos sistemas de asilo e regresso propostas pela Comissão em 2016 e 2018 são parte deste novo Pacto: no caso de dossiês legislativos como a Diretiva das Qualificações, a Diretiva das Condições de Receção, o Regulamento da Agência Europeia de Asilo, a Diretiva que institui o Quadro de Reinstalação da União, em que existe acordo político entre o PE e o Conselho, mas não foram concluídas as negociações, o Pacto apresenta orientações para que o processo legislativo possa ser finalizado. O detalhe mais concreto de toda esta arquitectura está disponível nas Perguntas e Respostas disponibilizadas pela Comissão.

Um aspeto central, com alcance operacional mas também político, é que a Comissão retirou a sua proposta de revisão do chamado <u>sistema de Dublin</u> (ou seja, a hierarquia de regras para determinar que Estado-Membro é responsável pelo processamento do pedido de asilo), substituindo-o por um <u>novo Regulamento de Gestão de Asilo e Migração</u>.

1



## No total, a Comissão apresentou uma Comunicação e um pacote de nove instrumentos 1:

Título	Descrição	
A <u>new Screening Regulation</u>	Regulation establishing new screening (legislativo)	
An amended proposal revising the Asylum Procedures Regulation	Amendments to the Commission's 2016 proposal, notably introducing the new border procedures, addressing subsequent applications and appeal procedures (legislativo)	
An amended proposal revising the Eurodac Regulation	Targeted amendments to the Commission's 2016 proposal to fix loopholes, transforming Eurodac into an asylum and migration database (legislativo)	
A <u>new Asylum and Migration</u> <u>Management Regulation</u>	New regulation establishing a common framework for EU management, a mechanism for solidarity, and criteria for examining asylum applications (legislativo)	
A <u>new Crisis and Force Majeure</u> Regulation	Proposal for a Regulation setting up a solidarity mechanism, specific derogations in cases of force majeure and an immediate protection status for crisis and force majeure situations (legislativo)	
A new Migration Preparedness and Crisis Blueprint	Recommendation setting up an EU framework to anticipate and address crisis situations (recomendação)	
A new Recommendation on Resettlement and complementary pathways	Formalises existing ad hoc resettlement scheme, continuing beyond 2021 and addresses complementary pathways to protection (recomendação)	
A new Recommendation on Search and Rescue operations by private vessels	Addresses the use of private vessels for search and rescue, to ensure safety of navigation and coordination between State and private vessels (recomendação)	
New Guidance on the Facilitators  Directive	Clarifications on non-penalisation of humanitarian activities (orientação)	

Foi disponibilizada, ainda, a <u>análise ex-ante feita pelos serviços da Comissão</u> e que serviu de base técnica para a formulação das propostas. A Comissão LIBE (Liberdades Cívicas, Justiça Assuntos Internos) do PE realizou um <u>primeiro debate sobre o novo Pacto no dia 24 de setembro</u>, sendo de destacar, igualmente o estudo que o PE publicou esta semana sobre <u>a necessidade de solidariedade na política de asilo da UE.</u>

Finalmente, o Ministro do Interior alemão (Presidência em exercício do Conselho JAI), Horst Seehofer, manifestou a expectativa de poder obter um acordo político global até dezembro. Não obstante, é expectável que este Pacto e os processos legislativos que dele decorrem, sejam um dos temas principais da Presidência portuguesa do Conselho da UE, no 1.º semestre de 2021, tendo a Comissária Ylva Johansson referido o contributo positivo que Portugal pode dar.

.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Por rigor, preservamos os títulos em língua inglesa, dado serem ainda os únicos disponíveis.



#### 2. PARLAMENTO EUROPEU | COMISSÕES PARLAMENTARES

Audição do Embaixador da China junto da UE

A Comissão de Assuntos Externos do PE (AFET) promoveu uma reunião com o Embaixador chinês junto da UE, Zhang Ming, para debater as relações UE-China. Várias das intervenções dos Deputados salientaram a deterioração do relacionamento nos últimos anos, tendo o Presidente da Delegação do PE para as relações com a China, Reinhard Bütikofer (Verdes/ALE, Alemanha). identificado duas razões para tal: i) a política agressiva da China com repressão doméstica e os conflitos territoriais que mantém atualmente com nove países; ii) a "fadiga de promessas" existente do lado da UE face a um conjunto de compromissos assumidos na Cimeira de abril de 2019 e que estão por cumprir. Por seu lado, Gunnar Wiegand, Diretor do Serviço Europeu de Ação Externa para a Ásia e Pacífico, mencionou que "a UE e a China não partilham o mesmo conjunto de valores e princípios, que também estão incorporados na economia de mercado da UE". Acrescentou que a UE está a adotar uma postura mais robusta e realista relativamente à China, reconhecendo o grau de complexidade e a necessidade de pragmatismo neste relacionamento.

O Embaixador chinês concordou com os Deputados relativamente ao facto de **2020 ser um ano crucial para as relações UE-China**, com ambas as partes empenhadas em alcançar um acordo de investimento abrangente até final do ano. Referiu que a China está comprometida com a realização de reformas, com a cooperação no domínio digital e no equilíbrio do relacionamento económico. Porém, acrescentou que ambos os lados devem caminhar na mesma direção e que *a China "fará as coisas certas no momento adequado"*.

Cooperação Estruturada Permanente - recomendação

A <u>Comissão AFET adotou uma recomendação</u> ao Conselho e ao Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança sobre a <u>Cooperação Estruturada Permanente (PESCO)</u>, enfatizando que <u>nenhum Estado-Membro se pode proteger sozinho no atual contexto de segurança e de defesa internacional</u> e instando a um <u>financiamento</u> adequado destes <u>projetos</u>. Deverá ser adotada uma resolução sobre esta matéria num dos Plenários do PE de outubro. Esta semana, o think-tank do PE publicou um <u>estudo sobre a revisão estratégica da PESCO</u>, tema que terá relevância durante a <u>Presidência portuguesa da UE em 2021</u>.

Listas transnacionais, Spitzenkandidaten e direito de inquérito

A Comissão de Assuntos Constitucionais (AFCO) organizou uma <u>audição</u> sobre as <u>questões das listas transnacionais nas eleições para o PE e o princípio do candidato designado (Spitzenkandidaten) para a escolha do Presidente da Comissão Europeia</u>. Ambos os temas, juntamente com o <u>Direito de Iniciativa legislativa</u> são prioridades do PE para os trabalhos da Conferência sobre o Futuro da Europa, relativamente à qual ainda não existe acordo sobre algumas questões, nomeadamente a da <u>liderança</u>.

Por outro lado, o Deputado espanhol Domènec Ruiz Devesa (S&D) manifestou, esta semana, a intenção de **relançar os trabalhos interinstitucionais** com o Conselho e a Comissão sobre o alargamento do <u>direito de inquérito do PE</u>, matéria em relação à qual é o relator da Comissão AFCO. A última posição do PE sobre este tema é uma <u>resolução de abril de 2019</u>.



### Comissão sobre Inteligência Artificial (AIDA)

A <u>Comissão Especial do PE para a Inteligência Artificial (AI)</u> teve, esta semana, a sua reunião constitutiva, devendo iniciar os seus trabalhos a 26 de outubro. Tal como sempre faz por ocasião da constituição de novas Comissões, o PE disponibiliza uma <u>síntese dos principais estudos e trabalhos sobre as matérias em apreço</u>, bem como uma seleção de artigos (<u>Artificial Intelligence and Ethics, Artificial Intelligence and Law, Applications of Artificial Intelligence</u>)

Comissão sobre Interferência Estrangeira (INGE)

A <u>Comissão Especial sobre a Interferência Estrangeira</u> em todos os processos democráticos na <u>UE</u> iniciou os seus trabalhos, com a reunião constitutiva e uma primeira reunião ordinária. O *think tank* do PE disponibilizou um estudo de enquadramento (<u>Foreign interference in democracies: Understanding the threat and evolving responses</u>), além de uma <u>síntese de artigos</u> e de <u>publicações</u>.

Comissão sobre o Combate ao Cancro (BECA)

A <u>Comissão BECA</u> iniciou os seus <u>trabalhos</u> esta semana, com a Deputada Sara Cerdas (S&D) como Vice-Presidente. A seleção de estudos sobre a matéria está <u>disponível</u>, bem como de <u>obras de referência</u>.

Comissão de Inquérito sobre o Transporte Animal (ANIT)

Teve a sua <u>reunião constitutiva</u> esta semana e deverá iniciar os <u>trabalhos</u> a 15 de outubro. As publicações do PE estão <u>disponíveis</u>, bem como as <u>obras de referência</u>.

Subcomissão sobre Questões Fiscais (FISC)

Esta <u>subcomissão</u> <u>iniciou os trabalhos esta semana</u>, com uma <u>agenda e mandato</u> ambiciosos. O material de suporte está disponível <u>aqui</u> e <u>aqui</u>.

## 3. QFP 2021-27 | NEXT GENERATION EU | RECURSOS PRÓPRIOS

Esta semana, o Embaixador alemão junto da UE, Michael Clauß, manifestou a sua "séria preocupação com o facto de as negociações estarem a progredir com lentidão", considerando que "o seu ritmo deverá intensificar-se significativamente" e recordando que "o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e o Fundo de Recuperação Next-Generation EU são tecnica e politicamente inseparáveis". No que diz respeito à condicionalidade do Estado de Direito, um dos pontos em aberto na negociação após o Conselho Europeu de 17-21 de julho, afirmou que a Presidência alemã apresentará em breve uma proposta para adoção pelo Conselho de um mecanismo no orçamento da UE que "seja muito próximo ao decidido pelo Conselho". A este respeito, clarificou que este mecanismo inserido no orçamento não pode ser idêntico ao chamado procedimento do artigo 7.º do TUE, pois o "objetivo é proteger o orçamento da UE e penalizar a violação do estado de direito na sua utilização".

Numa outra nota, o Banco Central Europeu publicou esta semana uma análise sobre as implicações orçamentais do pacote de recuperação da UE, em que considera que o Next Generation EU é um elemento inovador no quadro orçamental europeu, pois emitirá dívida



supranacional em montantes assinaláveis e demonstra vontade política de desenhar um instrumento orçamental comum em caso de necessidade. Conclui que, apesar de ser uma ferramenta temporária, deve ser ponderada a sua continuidade ou caráter permanente, dada a ausência de uma capacidade orçamental própria da zona euro que funcione como estabilizador macroeconómico. Por outro lado, o Bruegel publicou um estudo em que evidencia que a qualidade da governação "desempenhou um papel fundamental na explicação das diferenças na quebra económica" entre países como resultado da pandemia, recomendando que este fator seja considerado na avaliação dos Planos nacionais de Recuperação e Resiliência

### 4. COMISSÃO EUROPEIA | ATO SOBRE OS SERVIÇOS DIGITAIS

Teve lugar no dia 24 de setembro, um encontro de trabalho com os serviços da Comissão Europeia (DG Connect) sobre os novos desenvolvimentos do <u>Ato legislativo sobre os Serviços Digitais (Digital Services Act)</u>. Da <u>apresentação</u> feita, conclui-se que este **Ato** - a apresentar em dezembro - corresponderá a um pacote de medidas visando **duas vertentes**: normas <u>ex ante</u> e <u>novas e revistas normas que visam aprofundar o Mercado Interno dos Serviços Digitais</u>.

Sobre ambos, a Comissão publicou duas <u>avaliações de impacto iniciais</u> - <u>Deepening the Internal</u> <u>Market and clarifying responsibilities for digital services e Ex-ante rules for a fair and competitive environment of platform markets</u>.

As propostas relativas às normas *ex ante* procurarão **regular a atividade das plataformas que atuam como** *gatekeepers* e salvaguardar os interesses das partes interessadas e do Mercado Interno a longo prazo. A par destas normas, a Comissão pondera também a **criação de um novo instrumento relativo à concorrência**, de âmbito mais vasto (para além do digital) e preocupado com questões estruturais do mercado (<u>new competition tool</u>). O aprofundamento do mercado interno e a clarificação das responsabilidades dos serviços digitais visará a harmonização de regras e procedimentos, aumentando a supervisão e cooperação eficaz entre as autoridades competentes dos Estados-Membros.

Prevê-se que neste quadro os **princípios essenciais da <u>Diretiva E-commerce</u>** permaneçam aplicáveis, ainda que continuem em aberto as opções para a sua concretização. Estima-se também que a Comissão proponha um quadro legal para o futuro, acautelando a rápida evolução associada à área digital, e que as **negociações ocorram durante a Presidência portuguesa.** 

O PE tem neste momento em preparação <u>três relatórios</u>, dois legislativos (Comissões IMCO e JURI) e um não-legislativo (Comissão LIBE), cuja votação se encontra prevista para o início de outubro. O relator da Comissão IMCO, Alex Agius Saliba (S&D, MT), estará presente numa <u>conferência de imprensa</u> na próxima segunda-feira, após a votação do seu relatório na comissão.

## <u>5. VENEZUELA | ALTO-REPRESENTANTE DA UE</u>

Com base em relatos da <u>imprensa espanhola</u> de que o Alto-Representante da UE para os Negócios Estrangeiros teria enviado **uma missão semi-oficial a Caracas** para negociar com o Governo venezuelano um adiamento das eleições legislativas de 6 de dezembro, o **líder do PPE, Manfred Weber <u>enviou uma carta a Josep Borrell</u> a solicitar esclarecimentos sobre a veracidade destas alegações. Nessa missiva, sugere-se que Borrell possa vir a ser chamado a dar explicações ao PE.** 



#### 6. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião informal dos Ministros do Comércio

Realizada em Berlim, a <u>21 de setembro</u>, <u>debateu</u> a resiliência da economia europeia no atual contexto internacional, com enfoque na **centralidade do sistema multilateral de comércio**.

Conselho de Agricultura e Pescas

Realizado a <u>21 de setembro</u>, com base numa <u>nota da Presidência</u>, os Ministros fizeram avançar os debates sobre o **pacote de reforma da política agrícola comum pós-2020**, tendo em vista a adoção da orientação geral do Conselho em outubro de 2020. Debateram também as questões agrícolas relacionadas com o comércio (acordos de comércio livre com países terceiros)

Conselho de Negócios Estrangeiros

Reunido a <u>21 de setembro</u>, tinha na <u>agenda</u> a situação na **Bielorrússia**: a UE não reconheceu os resultados das eleições de agosto e apela à realização de novas eleições, livres e imparciais, sob a supervisão da OSCE. Foi reafirmada a vontade política de adotar novas sanções.

Foi debatida a situação na **Líbia**, tendo como prioridades: um acordo de cessar-fogo permanente e sustentável, levantar o bloqueio petrolífero em todo o território e reatar o diálogo político.

Seguiu-se uma troca de impressões sobre as relações da UE com os seus homólogos da União Africana, e o Conselho tomou também conhecimento do ponto da situação das negociações pós-Cotonu. Os ministros foram informados acerca da situação na **Venezuela, e**, no que respeita à Turquia, a situação no Mediterrâneo Oriental foi abordada, na perspetiva do próximo Conselho Europeu.

#### Conselho de Assuntos Gerais

A 22 de setembro, debateu o o projeto de conclusões para a <u>reunião extraordinária do Conselho Europeu</u> que se realizará em 1 e 2/10 (e <u>não a 24 e 25/9</u>). Temas: mercado único, política industrial e transformação digital; relações UE-China e um debate estratégico sobre a Turquia.

O negociador principal da UE, M. Barnier, informou sobre o ponto da situação das negociações entre a UE e o Reino Unido. A Presidência informou os ministros sobre os contactos trilaterais realizados com o Parlamento Europeu e a Comissão desde o final de agosto com vista a garantir a necessária aprovação do regulamento QFP por parte do Parlamento Europeu.

Com base num <u>relatório intercalar da Presidência</u>, foi discutida a melhoria da cooperação a nível da UE relativamente às medidas nacionais que limitam a livre circulação durante a pandemia de COVID-19, tendo em vista chegar a acordo sobre uma recomendação do Conselho.

## 7. OUTROS ASSUNTOS

Audições dos Comissários designados

As audições de Mairead McGuinness e de Valdis Dombrovskis no PE terão lugar a 2 de outubro.



#### **UE-Reino Unido**

A academia continua a acompanhar este tema: Brexit: Towards the end-game.

Perfil de Ursula von der Leyen

Intitulado "The rise of Mrs. Europe", a revista Critic magazine publica um longo perfil da Presidente da Comissão Europeia, que importa reter.

## 8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

#### Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada ao trabalho das <u>Comissões parlamentares</u>, destacando-se o <u>diálogo monetário com a Presidente do BCE</u>, <u>Christine Lagarde</u>, o debate sobre o <u>estado atual das negociações sobre o QFP 2021-27/Recursos Próprios</u>, o voto sobre o relatório de iniciativa relativo ao <u>Ato sobre os Serviços Digitais</u>, o debate sobre a <u>Bússola Estratégica da UE em matéria de Segurança e Defesa</u> ou a nova proposta de <u>Lei do Clima</u>.

## Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> do Colégio será no dia <u>30 de setembro</u>, com a apresentação do primeiro relatório anual sobre o Estado de Direito na UE.

## Conselho da União Europeia

- 28/09: Videoconferência dos ministros responsáveis pelos Transportes
- 29-09: <u>Conselho (Competitividade) sobre Investigação e Inovação</u> e <u>Reunião informal</u> dos Ministros do Desenvolvimento
- 30/09 e 1/10: Reunião informal dos ministros do Ambiente
- 1 e 2/10: Conselho Europeu extraordinário

#### Reuniões interparlamentares - Presidência alemã

Terá lugar, nos dias 28 e 29 de setembro e por videoconferência, a 7.ª Reunião do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto sobre a Europol, sendo a delegação da AR composta pelos Deputados José Magalhães (PS) e António Filipe (PCP), pela CACDLG, e Sérgio Marques (PSD) e Fabíola Cardoso (BE), pela CAE.

Bruxelas | 25 de setembro de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro |+32 493 39 99 73

(com Catarina Ribeiro Lopes, Secretariado da COSAC)

Pode consultar as Sínteses anteriores <u>aqui</u> (ARNet) ou <u>aqui</u>.